

Competitividade Na Região Norte Do Brasil: Análise Histórica E Comparativa Entre Estados Com Base No Ranking De Competitividade (2015–2024)

Jevam Oliveira Da Silva, Renan Barbosa Neves, Juliano Milton Kruger

(Pós-Graduando No MBA Em Gestão Financeira E Contábil No Setor Público / Universidade Do Estado Do Amazonas, Brasil)

(Pós-Graduando No MBA Em Gestão Financeira E Contábil No Setor Público / Universidade Do Estado Do Amazonas, Brasil)

(Professor Adjunto Da Escola Superior De Ciências Sociais E Professor Do MBA Em Gestão Financeira E Contábil No Setor Público / Universidade Do Estado Do Amazonas, Brasil)

Resumo:

O presente estudo aborda a competitividade dos estados da Região Norte do Brasil, tendo como base o Ranking de Competitividade dos Estados, elaborado pelo Centro de Liderança Pública (CLP). A pesquisa se delimita ao período de 2015 a 2024, analisando a evolução histórica e comparativa do desempenho dos estados nortistas em dimensões estratégicas como educação, infraestrutura, segurança pública, inovação e sustentabilidade fiscal. Os objetivos centrais foram: analisar a trajetória da competitividade dos estados da região, comparar seus desempenhos com base nos indicadores do ranking e identificar desafios e oportunidades para o fortalecimento da competitividade regional. Quanto à metodologia, caracteriza-se como uma pesquisa exploratório-descritiva, de natureza aplicada e abordagem quali-quantitativa, utilizando estratégias de pesquisa bibliográfica, documental e análise de dados secundários. Os dados foram tratados por meio de estatística descritiva e análise de conteúdo. Os resultados evidenciaram que o Amazonas se destaca como o estado mais competitivo da região, especialmente em inovação e solidez fiscal, enquanto o Acre apresentou os índices mais baixos em diversas dimensões. Rondônia e Tocantins tiveram desempenho consistente em educação e sustentabilidade social, e Roraima demonstrou potencial de mercado relevante, apesar de fragilidades em segurança pública. As conclusões indicam a coexistência de desafios estruturais, como desigualdades socioeconômicas e limitações em infraestrutura, ao lado de oportunidades estratégicas para o desenvolvimento regional. O estudo reforça a importância de políticas públicas integradas e de longo prazo para reduzir disparidades e promover uma competitividade sustentável na Região Norte.

Palavras-chave: *Competitividade. Ranking. Região Norte. Análise Histórica. Comparação.*

Date of Submission: 01-09-2025

Date of Acceptance: 11-09-2025

I. Introdução

A competitividade dos estados brasileiros tem se demonstrado como um importante meio de análise para compreender os fatores que impulsionam o desenvolvimento econômico, social e institucional no país. Em um contexto federativo caracterizado por diferenças regionais históricas, avaliar o desempenho dos estados através de indicadores comparativos permite identificar tanto os avanços quanto os desafios persistentes na formulação de políticas públicas. Nesse sentido, o Ranking de Competitividade dos Estados, feito pelo Centro de Liderança Pública (CLP), tornou-se uma referência nacional ao mensurar dimensões essenciais para a eficiência governamental, a sustentabilidade fiscal, a infraestrutura, a educação e a inovação, entre outros aspectos estratégicos.

A Região Norte do Brasil, caracterizada por sua vasta extensão territorial, riqueza ambiental e diversidade sociocultural, contém especificidades que influenciam diretamente sua posição no ranking e seu desempenho em relação às demais unidades federativas. Ao mesmo tempo em que enfrenta desafios estruturais, como infraestrutura logística limitada e desigualdades socioeconômicas, também possui vocações voltadas à bioeconomia, à transição energética e à valorização de seus recursos naturais. Ao conduzir uma análise comparativa utilizando indicadores, como o Ranking de Competitividade dos Estados, é possível traçar panoramas das políticas públicas empregadas na região, verificar seus avanços e propor melhorias.

Logo, análises como o presente artigo, permitirão ter uma dimensão maior em relação aos indicadores que compõem o Ranking de Competitividade. Detectando, assim, variáveis que contribuem para tornarem os estados mais competitivos e as áreas que carecem de maior atenção do poder público.

Através do artigo, o intuito é analisar a evolução histórica da competitividade dos estados da Região Norte do Brasil entre 2015 e 2024, e quais são as diferenças observadas entre eles a partir do Ranking de

Competitividade. Ademais, intenta-se: a) examinar a trajetória de competitividade dos estados da Região Norte entre 2015 e 2024, identificando padrões e mudanças significativas; b) comparar o desempenho dos estados da região com base nos indicadores do Ranking de Competitividade, evidenciando fatores que influenciaram resultados positivos ou negativos e c) mapear desafios e oportunidades para o fortalecimento da competitividade nos estados da Região Norte, a partir das evidências observadas no período analisado.

Portanto, analisar historicamente a evolução da competitividade dos estados nortistas entre 2015 e 2024 permite compreender tendências e padrões de desempenho, conhecer as áreas que necessitam de atenção dos órgãos públicos, e fomentar reflexões sobre estratégias de desenvolvimento regional sustentável e redução das assimetrias nacionais.

II. Competitividade

O conceito de competitividade tem sido amplamente discutido nas últimas décadas. De forma geral, refere-se à inclinação e às habilidades para competir, vencer e manter posição no mercado, aumentando participação e lucratividade, sendo, portanto, comercialmente bem-sucedido (Filó, 2007).

Um aspecto relevante é o nível em que a competitividade é analisada. No nível microeconômico, a competitividade está relacionada à capacidade das empresas de competir, crescer e gerar lucros (Martin; Sunley; Tyler, 2006). No nível macro ou mesoeconômico, o conceito é mais debatido e geralmente associado ao desempenho de países, estados, municípios, etc. Segundo o World Economic Forum, competitividade macroeconômica pode ser entendida como o “conjunto de instituições, políticas e fatores que determinam o nível de produtividade de um país” (Schwab; Porter, 2007). A ligação entre os dois níveis é direta: embora um contexto macroeconômico estável favoreça a geração de riqueza, esta só é efetivamente criada pela utilização eficiente de recursos humanos, capital e naturais, ou seja, pela produtividade, que depende do desempenho das empresas no nível microeconômico (Schwab; Porter, 2007).

Entre os níveis micro e macro, surge o conceito de competitividade regional, que tem ganhado destaque nas últimas décadas. As regiões são entendidas como unidades estratégicas para a criação de riqueza e crescimento econômico. A competitividade regional não é apenas objeto acadêmico, mas também de deliberação e ação política, refletindo, por exemplo, no interesse em avaliar as regiões para implementar estratégias de crescimento e emprego, como no caso da União Europeia (Regional Studies, 2004). Meyer-Stamer (2008, p. 7) define a competitividade sistêmica de um território como “a capacidade de uma localidade ou região de gerar rendas altas e crescentes e melhorar os meios de subsistência das pessoas que ali vivem”.

Esse conceito evidencia que regiões competitivas não são definidas apenas pela produtividade, mas também pelo desempenho econômico geral e pelo aumento sustentado da prosperidade regional (Bristow, 2005). Huggins (2003) reforça que “a verdadeira competitividade local e regional ocorre apenas quando o crescimento sustentável eleva os padrões gerais de vida”. Estudos recentes destacam que competitividade regional envolve a capacidade de produzir bens e serviços que atendam ao mercado internacional, mantendo elevados padrões de renda e emprego, mesmo em ambientes competitivos (Scaccabarozzi; Mazziotta; Bianchi, 2022).

A competitividade é também entendida como indutora do crescimento econômico, sendo influenciada por redes regionais, posições centrais, orientações de exportação e fontes de retornos crescentes (Porter, 2000; Martin, 2005). Pode ser analisada sob três perspectivas: macro (país), meso (região) e micro (empresa). Como fator estratégico para o crescimento e a viabilidade das unidades produtivas, tem despertado interesse de órgãos governamentais para medir e melhorar os níveis de competitividade regional (Rojas; Sepúlveda, 1999; Romo Murillo; Abdel Musik, 2005; Lombana; Gutiérrez, 2009). Contudo, a polarização espacial do desenvolvimento pode gerar desigualdades econômicas e sociais, provocando tensões e instabilidade política (Ohlan, 2013).

No contexto brasileiro, o Ranking de Competitividade do Centro de Liderança Pública (CLP) tem sido utilizado como instrumento para avaliar e comparar o desempenho regional (CLP, 2023). Essa ferramenta auxilia os tomadores de decisão na formulação de políticas públicas mais informadas, promovendo a otimização da gestão pública. Além disso, o modelo teórico de Porter (1986) é amplamente aceito em estudos sobre desenvolvimento sustentável, indicando que a competitividade depende de fatores econômicos como preços, taxas de câmbio e custos de mercadoria, que impactam diretamente o crescimento econômico nacional e regional.

Entre as principais características da competitividade, destacam-se alguns aspectos essenciais. Primeiramente, trata-se de um conceito multinível, podendo ser analisado em diferentes escalas, como no nível micro, relacionado às organizações; no nível meso, que corresponde às regiões; e no nível macro, referente aos países (Porter, 2000; Martin, 2005). Além disso, a competitividade está diretamente associada à produtividade, que depende do uso otimizado dos recursos humanos, de capital e naturais, de modo a gerar bens e serviços de maneira eficiente (Schwab; Porter, 2007). Outro ponto relevante é o seu relacionamento com o crescimento econômico, uma vez que redes de conhecimento, inovação, exportações e retornos crescentes são fatores centrais para seu fortalecimento (Porter, 1986; Porter, 2000).

No âmbito territorial, destaca-se a integração regional, visto que a competitividade regional implica não apenas no desempenho econômico sustentado, mas também na melhoria dos padrões de vida das populações

loais (Bristow, 2005; Huggins, 2003). Por fim, a competitividade pode ser compreendida também como um instrumento de política pública, na medida em que ferramentas como o Ranking de Competitividade permitem decisões mais informadas e orientadas para a implementação de políticas voltadas à eficiência econômica e social (CLP, 2023).

III. Dimensões Da Competitividade

A competitividade dos estados brasileiros é influenciada por múltiplos fatores estruturais, sociais e econômicos, os quais impactam diretamente o desenvolvimento regional. O Ranking de Competitividade dos Estados, elaborado pelo Centro de Liderança Pública (CLP), apresenta indicadores que buscam identificar pontos fortes e fragilidades na gestão pública e no ambiente econômico, servindo de subsídio para a formulação de políticas públicas. Entre seus pilares, destacam-se:

A “sustentabilidade ambiental” é uma dimensão que “baliza políticas públicas, ao apontar forças e fragilidades ambientais que impactam diretamente a competitividade dos estados” (CLP, 2024).

Já o “capital humano”, é definido como elementos acumulados por trabalhadores tais como: habilidades, treinamento e instrução que visam formar a base da competitividade nacional (CLP, 2025). De acordo com FIRJAN (2025), o Brasil enfrenta baixos investimentos em educação, pesquisa e desenvolvimento que geram barreiras para o acesso a melhores postos de trabalho e se configuram como gargalos para a competitividade organizacional.

Já a “educação”, conforme Schwab (2019), deve ser considerada um dos pilares centrais da competitividade, fornecendo a base para a formação de capital humano qualificado, para a geração de inovação e para a adaptação às transformações tecnológicas e sociais.

Quando se trata de “eficiência pública”, relaciona-se à gestão eficiente que reduz custos governamentais e permite que os gestores atuem de forma mais estratégica e a ausência dessa eficiência compromete a produtividade da economia, ao prejudicar a construção de um ambiente de negócios favorável ao investimento e à inovação (Almeida, 2024).

Giambiagi e Além (2011) destacam a importância da “solidez fiscal” que diz respeito ao recolhimento e gasto público consciente como fundamento da competitividade nacional, uma vez que reduz incertezas, favorece os investimentos de longo prazo e contribui para o desenvolvimento sustentável.

Ao observar a “infraestrutura”, que trata da acessibilidade aos serviços públicos, conclui-se que é essencial para impulsionar o crescimento, fortalecer a competitividade global e ampliar o acesso a serviços básicos, como saúde, educação e saneamento (KPMG Brasil, 2024).

A “inovação”, conforme Gazeta do Povo (2022) constitui um dos principais motores do crescimento econômico, sendo fomentada por um ambiente que combina competição e incentivo à pesquisa e desenvolvimento. Nesse sentido, apontam Edler e Fagerberg (2017) que a responsabilidade pela política de inovação precisa ser ampliada em diferentes partes e níveis de governo.

De acordo com Kotler e Keller (2012), no aspecto organizacional, o “potencial de mercado” é um dos principais determinantes da competitividade, pois mercados mais amplos e diversificados criam maiores oportunidades de crescimento e de diferenciação estratégica.

A “segurança pública”, também exerce papel central no processo competitivo, uma vez que regiões seguras atraem investimentos, enquanto áreas com baixa segurança tendem a afastar empreendimentos e dificultar o desenvolvimento (Moura, 2024).

Por sua vez, a “sustentabilidade social” avalia a eficiência da atuação governamental na redução das vulnerabilidades dos indivíduos ao longo das diferentes fases da vida, utilizando indicadores que permitem mensurar o sucesso dos entes estaduais nesse processo. (Gazeta do Povo, 2022).

Por fim, de acordo com Rezende et al., (2015), o estabelecimento de um índice de competitividade estadual fornece diagnóstico das fragilidades e das potencialidades dos estados, com o objetivo de fomentar políticas públicas para fortalecer o desempenho relativo regionais. Assim, as dimensões acima reforçam as características de competitividade que serão destacadas neste trabalho.

IV. Competitividade Estatal

O acompanhamento do desempenho das variáveis socioeconômicas é uma das formas pelas quais a sociedade consegue avaliar os resultados das políticas públicas implementadas pelos governos. Dessa maneira, os eleitores podem verificar de forma prática os efeitos das ações estatais e sua efetividade em diferentes áreas da gestão (CLP, 2024).

De acordo com a OCDE (2008), os indicadores compostos apresentam vantagens e desvantagens no processo de avaliação e mensuração de fenômenos complexos.

Quadro 1 – Pontos positivos e negativos do indicador de competitividade estadual

Pontos Positivos	Pontos Negativos
Resumem informações complexas e multidimensionais, apoiando a tomada de decisões.	Podem transmitir mensagens equivocadas ou interpretações incorretas quando mal construídos.
São mais fáceis de interpretar em comparação a vários indicadores individuais.	Podem induzir a conclusões simplistas, comprometendo a análise de fenômenos amplos.
Permitem avaliar progressos ao longo do tempo.	Há risco de conduzirem a políticas inadequadas se dimensões difíceis de medir forem desconsideradas.
Facilitam a comunicação com o público em geral.	
Promovem accountability.	
Possibilitam comparações eficazes entre dimensões complexas.	

Conforme Pessanha (2019), a elaboração dos rankings de competitividade dos Estados brasileiros contribui para estimular uma competição saudável no setor público, contribuindo para promover a justiça, equidade e desenvolvimento socioeconômico. De acordo Ávila, Silva e Kritski (2021), a competitividade tem que ser enxergada sob a ótica da sustentabilidade, do quanto um estado consegue gerar riqueza, ter saúde financeira e resultar em entrega para a sociedade.

Nesse sentido, o ranking atua como “um mecanismo de accountability e promoção das melhores práticas na gestão pública” (CLP, 2019, p. 5), como um mecanismo de incentivo para formulação de agenda política e, por último, como um guia para mapear características de competitividade e ineficácia de políticas públicas. (CLP, 2019, p. 5)

Por fim, conclui Pessanha (2019), o Ranking de Competitividade dos Estados também pode orientar decisões de investimentos do setor privado, para gerar atratividade aos Estados, e assim, enfatizar o seu papel estratégico tanto na esfera pública quanto na privada.

V. Metodologia

A classificação metodológica deste artigo segue a proposta de Kruger (2023), sendo caracterizado quanto ao tipo como exploratório-descritivo, quanto à natureza como aplicado e, em relação à abordagem, de natureza quali-quantitativa (mista). As estratégias utilizadas contemplam a pesquisa bibliográfica, documental e o levantamento de dados secundários. A população considerada corresponde aos Estados da Região Norte, sendo a amostra formada por aqueles que aderiram ao Ranking de Competitividade dos Estados.

A coleta de dados foi realizada a partir da matriz elaborada pelo Centro de Liderança Pública, em conjunto com a “Tendências Consultoria”. O tratamento dos dados incluiu a análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), além da aplicação de estatísticas descritivas, com a elaboração de quadros para facilitar a compreensão dos resultados. Por fim, o horizonte temporal do estudo é transversal, com recorte compreendido entre os anos de 2015 e 2024.

A metodologia adotada para as análises fundamenta-se na utilização de séries históricas extraídas do Ranking de Competitividade dos Estados, abrangendo o período de 2015 a 2024. O procedimento consistiu em organizar os dados em tabelas correspondentes a diferentes dimensões da competitividade — como sustentabilidade ambiental, capital humano, educação, eficiência pública, infraestrutura, inovação, potencial de mercado, solidez fiscal, segurança pública e sustentabilidade social — além do índice geral consolidado.

A partir dessas tabelas, os valores anuais de cada estado da Região Norte foram comparados com as médias regionais de cada indicador, permitindo identificar quais unidades federativas apresentaram desempenho acima ou abaixo da média em cada dimensão ao longo do tempo. Essa estratégia possibilitou classificar os estados entre aqueles com maior constância positiva, aqueles com fragilidades persistentes e os que demonstraram instabilidade ou oscilações significativas nos resultados.

O método de análise privilegiou a avaliação comparativa e longitudinal, permitindo observar tanto tendências de crescimento ou declínio quanto padrões de estabilidade. Dessa forma, tornou-se viável destacar os estados com desempenho consistente e identificar aqueles que necessitam de maior atenção em políticas públicas. Além disso, foram incorporadas referências teóricas e institucionais que serviram para embasar a interpretação dos resultados e situar os achados dentro de um quadro conceitual mais amplo.

Assim, a metodologia adotada não apenas sistematizou os dados em perspectiva histórica e comparativa, mas também permitiu fazer inferências sobre as condições estruturais da competitividade na Região Norte, fornecendo uma visão abrangente sobre avanços, fragilidades e desigualdades regionais.

O Ranking de Competitividade dos Estados

Segundo a CLP (2024), a estrutura e a metodologia utilizadas pelo Ranking de Competitividade dos Estados são geradas através de um amplo estudo da literatura acadêmica, e da experiência nacional e internacional na elaboração de rankings de competitividade. Os pilares e indicadores são escolhidos através de uma intensa contribuição de notórios especialistas nas diferentes áreas de abrangência do ranking.

A classificação do ranking utiliza 10 indicadores:

- Segurança Pública
- Eficiência da Máquina Pública
- Sustentabilidade Social
- Capital Humano
- Infraestrutura
- Inovação
- Educação
- Potencial de Mercado
- Solidez Fiscal
- Sustentabilidade Ambiental

Os dados coletados para a elaboração do Ranking de Competitividade dos Estados foram extraídos de bases de dados públicas, ou então calculadas com base em informações primárias públicas. Os indicadores estão organizados em diferentes dimensões. Como o detalhamento dos indicadores ampliaria significativamente o número de páginas desta análise, optou-se por detalhá-lo em documento a parte, considerado como anexo da pesquisa, aqui.

A metodologia para construir o ranking é feita em duas etapas: i) Tratamento dos dados; e ii) Ponderação dos indicadores e pilares. O tratamento dos dados permite a agregação de indicadores de natureza heterogênea, considerando as diversas unidades de medida encontradas nos indicadores. Diante disso, foi adotado o critério min-máx de normalização dos indicadores, no qual se utilizam os valores máximo e mínimo de cada indicador para normalizar linearmente os dados entre 0 e 100, procurando conservar a dispersão original dos dados (CLP, 2024).

O critério é amplamente utilizado em diversos índices e rankings, tanto no IDH, quanto na literatura acadêmica (Chowdhury e Squire, 2006; OCDE, 2008; Barros, 2003). Os dados são normalizados entre 0 e 100, seguindo o critério de quanto mais perto de 100, melhor. Logo, para indicadores que mensuram malefícios – ou seja, que quanto maior o índice, pior, a normalização foi invertida. O indicador de segurança pessoal, por exemplo, o Estado com menor taxa de homicídio recebeu a nota 100 e com a maior taxa de mortalidade recebeu 0. Foi implementado também, um ajuste nos indicadores nos quais houve omissão de informação por parte de alguns Estados. Assim, os estados que não disponibilizaram informações para o referido indicador, foram penalizadas com o último lugar no ranking as UFs como forma de estimular a transparência na divulgação dos dados de interesse (CLP, 2024).

De acordo com CLP (2024), os indicadores e pilares foram ponderados utilizando três critérios de ponderação dos indicadores do ranking:

- **Penalização de redundância:** penalização com redução de peso para os indicadores que mostraram alta correlação com os demais indicadores do mesmo pilar. O procedimento possibilitou a maximização do número de indicadores, evitando a desproporcionalidade de peso para certos conjuntos de métricas com mais dados disponíveis. Assim, possibilita-se ao ranking cobrir uma diversidade e amplitude de dimensões socioeconômicas sem recair em arbitrariedades advindas da seleção dos indicadores.
- **Penalização de indicadores com grande dispersão:** os indicadores com elevada variância foram penalizados com redução do respectivo peso, conforme o coeficiente de variação de Pearson (obtido pela razão entre o desvio padrão e a média). O tratamento possibilitou evitar uma influência muito elevada dos indicadores de maior dispersão no resultado do respectivo pilar (ou dimensão).
- **Avaliação de especialistas:** por fim, a metodologia previu também, em caráter moderado, o chamado critério normativo, bastante utilizado em outros rankings e na literatura (Chowdhury e Squire, 2006; Decanq e Lugo, 2008). Para tanto, foram consultados especialistas de várias áreas que avaliaram se os pesos atribuídos eram consistentes, com o intuito de oferecer uma variada experiência deles no estudo destas áreas.

Portanto, é possível perceber que várias foram as tentativas de se evitar vieses na padronização e homogeneização dos dados.

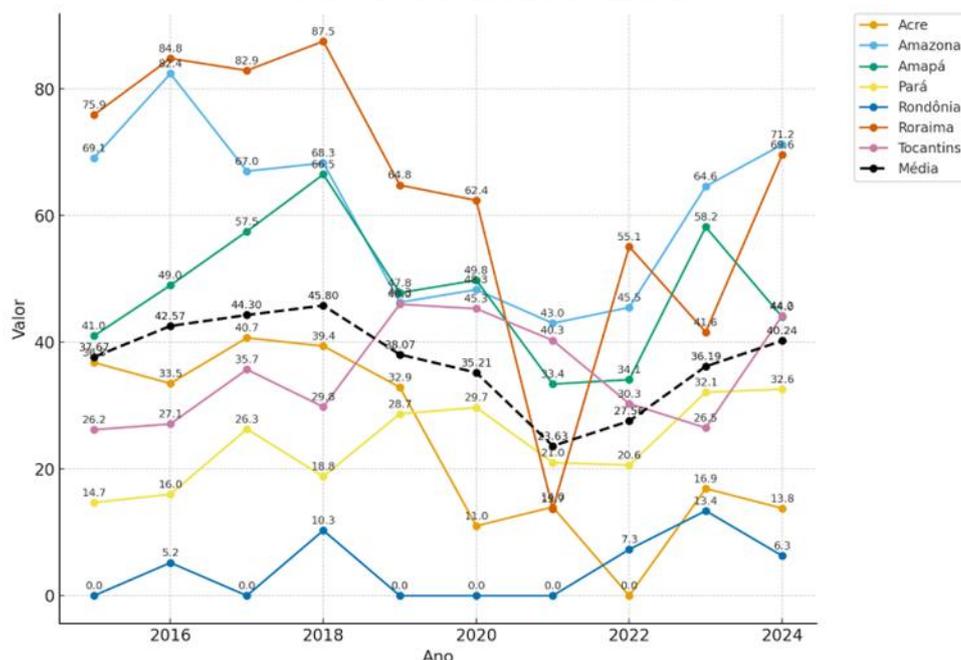
VI. Resultados E Discussões

Análise comparativa e histórica dos Estados da Região Norte

As demonstrações feitas através de quadros e de gráficos, tem o intuito de fazer uma análise comparativa e histórica relacionada aos dados dos dez indicadores do Ranking de Competitividade dos Estados, além, do Índice Geral, e fornecer um panorama com os estados com os melhores e os piores desempenhos em cada indicador.

Sustentabilidade Ambiental

Gráfico 1 – Sustentabilidade Ambiental



Baseado na análise dos dados referentes ao período de dez anos, observa-se que alguns estados da Região Norte apresentaram desempenho consistentemente acima da média, enquanto outros se mantiveram de forma recorrente abaixo dela.

Entre os que se destacaram positivamente, o Amapá e o Amazonas registraram valores superiores à média em todos os dez anos analisados, demonstrando constância nas políticas públicas voltadas à sustentabilidade. Já Roraima também se manteve em posição favorável na maior parte do período, apresentando resultados acima da média em nove dos dez anos.

Os dados de Tocantins mostraram oscilação, pois, apesar de ter se situado acima da média em cinco anos, também esteve abaixo da média em outros cinco, evidenciando instabilidade em seu desempenho. Os estados do Pará e de Rondônia apresentaram desempenhos abaixo da média em todos os anos analisados, sendo que o último obteve índice 0 na metade das avaliações, demonstrando pouca eficácia nas ações voltadas à sustentabilidade.

Conforme CLP (2024), ao longo do período analisado, Amazonas e Amapá apresentaram aspectos positivos nas políticas de sustentabilidade e Tocantins como um estado que apresenta fragilidades no indicador.

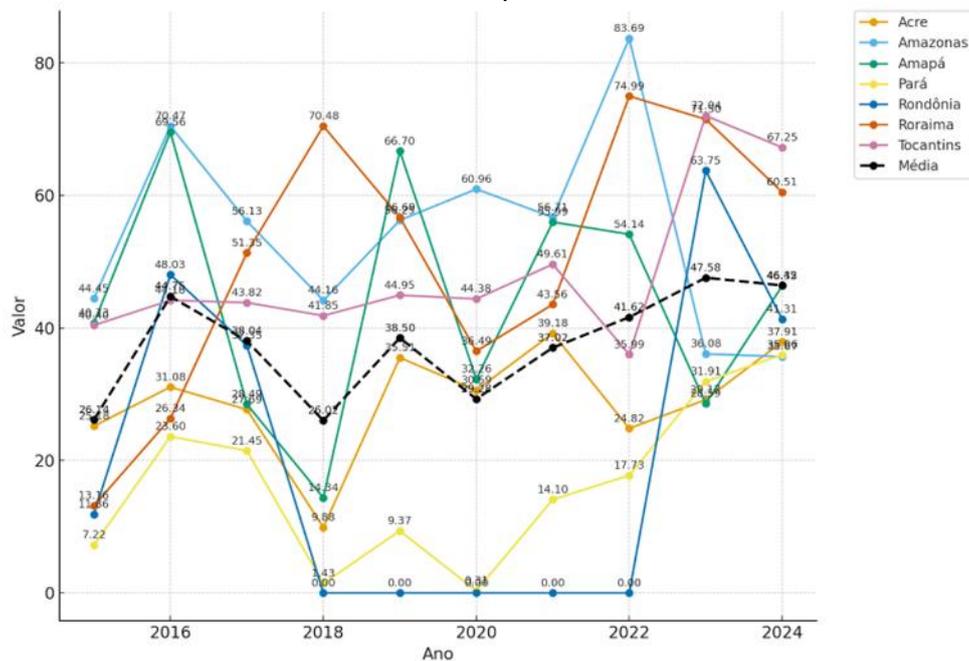
Capital Humano

Entre os que se destacaram positivamente em Capital Humano, o Amapá apresentou resultados acima da média em 7 dos 10 anos, evidenciando estabilidade e resiliência. O Amazonas, por sua vez, obteve desempenho ainda mais expressivo, registrando valores superiores à média em 8 dos 10 anos, mesma situação observada em Roraima e Tocantins, que também se mantiveram em níveis elevados durante grande parte do período.

Em contrapartida, alguns estados apresentaram desempenho sistematicamente inferior à média. O Acre registrou valores abaixo da média em 8 dos 10 anos analisados, revelando fragilidades persistentes. Rondônia apresentou comportamento semelhante, igualmente permanecendo abaixo da média em 8 dos 10 anos. O Pará, por sua vez, destacou-se negativamente ao apresentar resultados abaixo da média em todos os 10 anos observados, configurando-se como o estado de menor desempenho relativo no conjunto analisado relativos ao Capital Humano.

Conclui-se através do período pesquisado, que os estados de Amapá, Amazonas, Roraima e Tocantins possuem uma mão de obra qualificada e treinada, cujo quesitos contribuem para o desempenho do índice. Enquanto Acre, Rondônia e Pará demonstram desempenho aquém do esperado, prejudicando a sua competitividade na região (CLP, 2025).

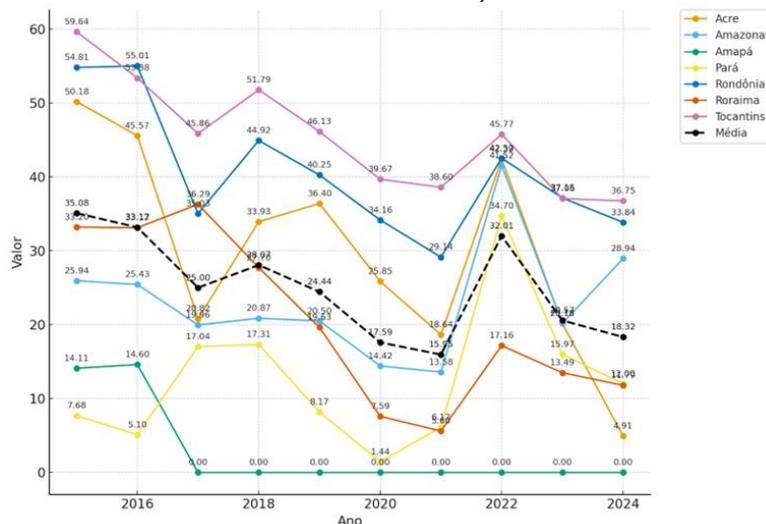
Gráfico 2 – Capital Humano



Educação

No Índice de Educação, observa-se uma clara distinção entre os estados da Região Norte em relação ao desempenho médio ao longo do período analisado. Rondônia e Tocantins se destacam positivamente, mantendo resultados acima da média em todos os dez anos observados, o que evidencia consistência e políticas educacionais mais eficazes. O Acre também apresentou desempenho satisfatório, permanecendo acima da média em sete dos dez anos.

Gráfico 3 – Educação



Por outro lado, alguns estados apresentaram desempenho mais crítico. O Amapá esteve abaixo da média em todos os dez anos analisados, configurando o pior resultado da região. Pará e Roraima também apresentaram fragilidades, ficando abaixo da média em nove dos dez anos. Já Amazonas, Roraima e Pará registraram desempenho superior em apenas um ou dois anos, demonstrando avanços pontuais, mas não sustentados.

Historicamente, Rondônia e Tocantins têm uma sólida formação em educação, conforme ressaltado por Schwab (2019). Os demais estados, porém, possuem um retrospecto de desempenho insatisfatório, com a situação mais agravante do Amapá.

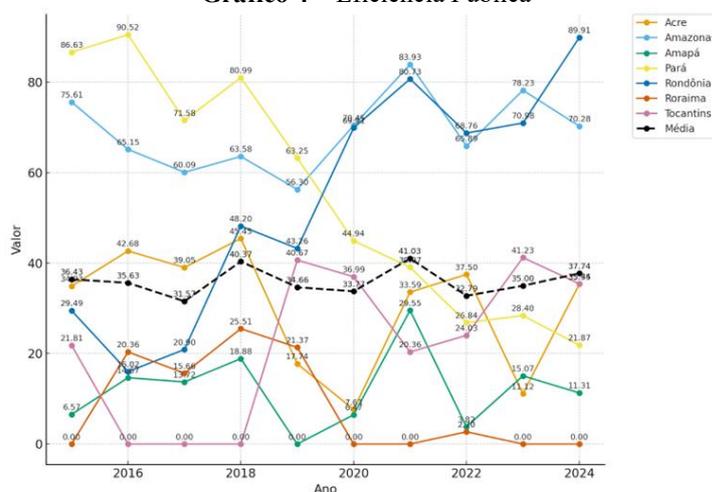
Eficiência Pública

Ao analisar os dados sobre a eficiência pública durante o período de 2015 a 2024, observa-se uma variação significativa entre os estados da região Norte. O Pará apresentou, com frequência, os maiores índices nos primeiros anos da série histórica, especialmente entre 2015 e 2019, consolidando-se como destaque inicial no cenário regional, porém, em situação visivelmente decrescente. Nos anos seguintes, o protagonismo passou para o Amazonas, que obteve os maiores índices em 2020, 2021 e 2023, demonstrando evolução e capacidade de liderança em momentos distintos. O Pará, por sua vez, manteve-se decrescente e desde 2021 fica abaixo da média.

Já em 2022 e 2024, Rondônia se sobressaiu, alcançando os melhores resultados e evidenciando um movimento de alternância entre os estados no topo do ranking de eficiência pública. Em contrapartida, o Amapá obteve índices abaixo da média. Já Roraima e Tocantins figuraram repetidamente entre os menores índices, muitas vezes com valores de 0,00, o que pode refletir tanto a ausência de informações consistentes quanto desempenhos muito baixos no período analisado. Essa dinâmica revela não apenas diferenças estruturais entre os estados, mas também possíveis lacunas de coleta ou disponibilização de dados.

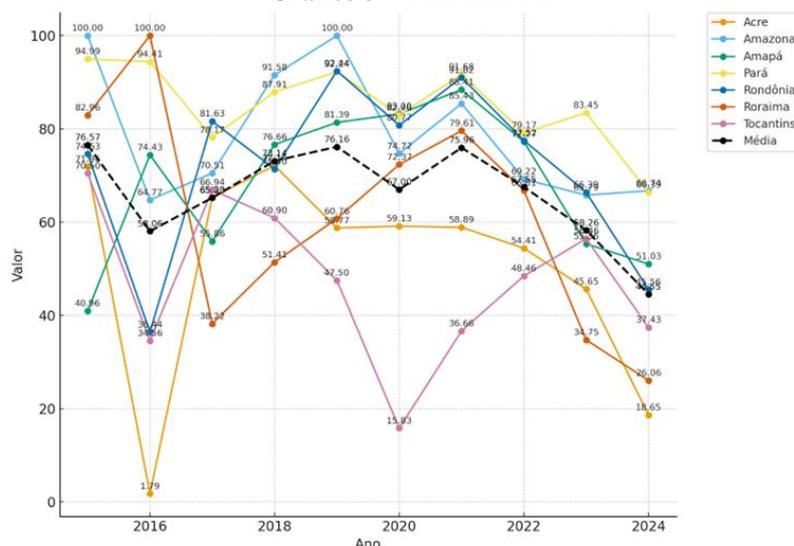
Os indicadores demonstram que Pará e Amazonas têm um histórico capacidade de administrar eficientemente os recursos, gerar um ambiente propício para negócios para a economia local, de acordo com Almeida (2024). O mesmo não é observado para Amapá, Roraima e Tocantins.

Gráfico 4 – Eficiência Pública



Solidez Fiscal

Gráfico 5 – Solidez fiscal



Na análise de solidez fiscal, observam-se diferenças significativas entre os estados da Região Norte, revelando tanto casos de destaque positivo quanto situações de fragilidade estrutural. Entre os estados com melhor desempenho, o Pará se sobressai como o mais consolidado, o que demonstra maior equilíbrio na gestão das contas públicas e capacidade de manter um cenário fiscal sustentável. Na sequência, o Amazonas apresenta resultados expressivos, reforçando sua posição de destaque na administração responsável das finanças estaduais. O estado de Rondônia também aparece de forma positiva, o que indica avanços no controle de despesas e na eficiência da arrecadação.

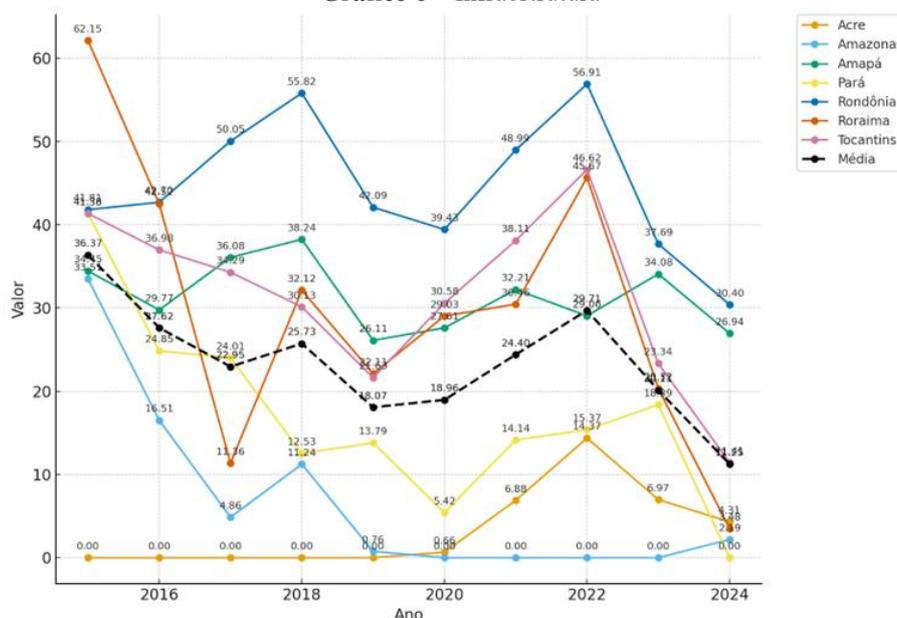
Por outro lado, alguns estados enfrentam sérias limitações em sua solidez fiscal. O Tocantins ocupa a pior posição, evidenciando vulnerabilidades no equilíbrio das contas públicas e possíveis dificuldades na sustentabilidade de longo prazo. Em situação igualmente preocupante, o Acre demonstra fragilidade na gestão fiscal. Já o estado de Roraima, embora apresente um desempenho negativo mais moderado. Conforme Giambiagi e Além (2011), Pará e Amazonas apresentam um histórico de gestão fiscal consolidada e, assim, geram menores incertezas, oferecendo confiança para os investimentos de longo prazo.

Infraestrutura

O desempenho dos estados da Região Norte em relação à infraestrutura apresenta variações significativas ao longo do período analisado, revelando padrões distintos entre eles. O Acre e o Amazonas se destacam por apresentarem consistentemente valores abaixo da média em todos os anos, indicando um desempenho inferior à média geral, embora para o Acre a magnitude dessa diferença negativa tenha diminuído ligeiramente nos últimos anos, enquanto o Amazonas manteve uma diferença negativa relativamente elevada. De forma semelhante, o Pará, na maioria dos anos, registrou valores abaixo da média, com algumas exceções em que se aproximou ou atingiu a média.

Em contraste, Rondônia se sobressai por apresentar valores consistentemente acima da média, demonstrando um desempenho superior e estabilidade ao longo do tempo, com picos notáveis. Roraima apresentou uma trajetória mais oscilante, mas mantendo-se próxima da média em geral. Tocantins também teve um desempenho misto, alternando anos acima e abaixo da média, embora tenha mostrado tendência de melhoria nos anos mais recentes. Já o Amapá apresentou a maior volatilidade, com anos significativamente acima e abaixo da média.

Gráfico 6 – Infraestrutura



Em termos de tendências gerais, é possível observar que enquanto estados como Rondônia mantêm consistência e desempenho superior, Acre e Amazonas permanecem abaixo da média, ainda que o Acre tenha apresentado ligeira melhoria. Já os estados de Roraima, Tocantins e Amapá exibem flutuações mais marcantes, embora Amapá tenha registrado um desempenho positivo em 2024, e Roraima e Tocantins tenham alcançado alguns anos recentes de resultados acima da média, demonstram força para competir globalmente e facilidade de acesso a serviços básicos em consonância com o que afirma a KPMG Brasil (2024). Esses dados refletem a diversidade de cenários de infraestrutura na Região Norte, destacando tanto consistências quanto volatilidades entre os estados.

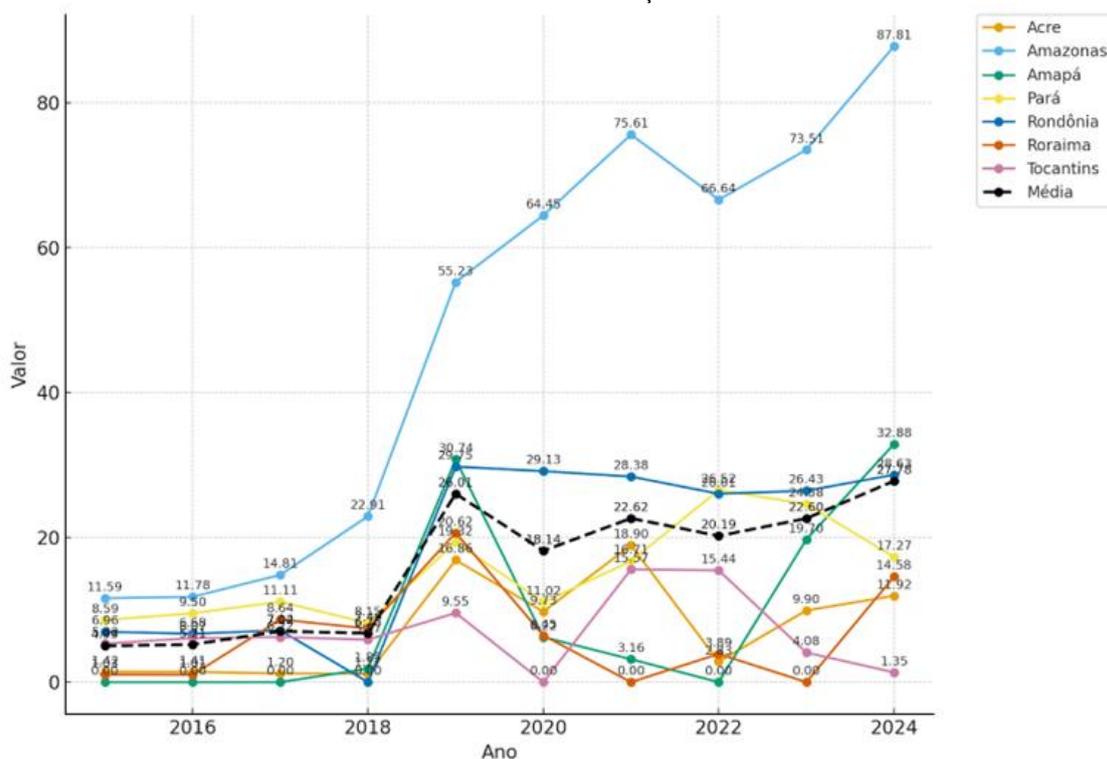
Inovação

A análise dos dados de inovação dos estados da Região Norte em comparação com a média anual evidencia padrões distintos de desempenho ao longo dos anos. O Amazonas destacou-se por manter valores consistentemente acima da média em todos os 10 anos analisados, refletindo um desempenho superior e contínuo no setor de inovação. De forma semelhante, os estados do Pará e Rondônia apresentaram resultados predominantemente acima da média, registrando nove ocorrências de valores superiores à média e apenas uma abaixo, o que indica uma tendência positiva consolidada.

Por outro lado, alguns estados demonstraram desempenho predominantemente abaixo da média anual. O Acre apresentou oito ocorrências de valores inferiores à média e apenas duas acima, evidenciando dificuldades persistentes no desenvolvimento de inovação. O Amapá e Roraima também registraram resultados abaixo da média em sete dos dez anos analisados, superando a média apenas em três anos. O Tocantins, por sua vez, apresentou seis anos com desempenho inferior à média e quatro acima, configurando uma performance predominantemente abaixo da média, mas com sinais esporádicos de melhoria.

Esses padrões revelam um histórico de disparidades significativas entre os estados da Região Norte no que se refere à capacidade inovativa, demonstrando assim, que faltam incentivos para pesquisa e desenvolvimento, de acordo com Gazeta do Povo (2022).

Gráfico 7 – Inovação

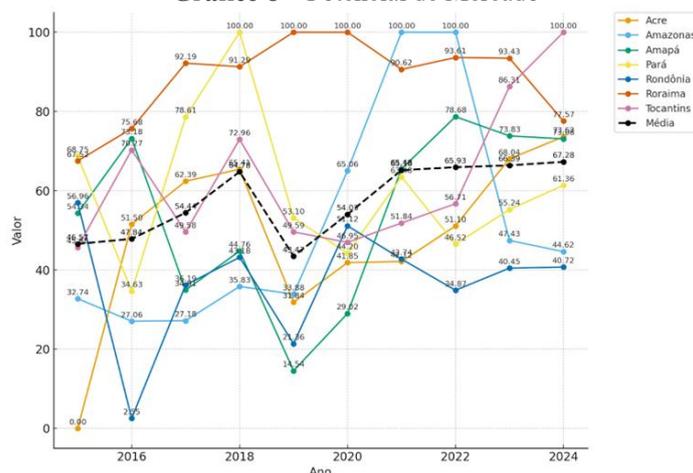


Potencial de Mercado

A análise do potencial de mercado entre os estados revela contrastes significativos no desempenho regional. Entre os destaques positivos, Roraima ocupa posição de liderança, configurando-se como o estado de maior destaque e com maior consistência em relação ao desempenho. Tocantins também se apresenta de forma favorável, seguido pelo Pará, confirmando sua solidez entre os estados com potencial mais promissor.

Por outro lado, alguns estados demonstraram fragilidades ao longo do período analisado. Rondônia apresentou a maior diferença negativa, o que indica sérias limitações em seu desempenho de mercado. Acre e Amazonas também se mantiveram em patamares inferiores, evidenciando dificuldades em acompanhar a dinâmica dos demais estados.

Gráfico 8 – Potencial de Mercado



De forma consolidada, é possível afirmar que Roraima, Tocantins e Pará despontam como os estados com maior potencial de mercado, sustentando desempenho consistente acima da média e maiores oportunidades de diversificação estratégica em consonância com Kotler e Keller (2012). Em contrapartida, Rondônia, Acre, Amazonas e Amapá enfrentam desafios mais expressivos, especialmente Rondônia, que apresentou o pior resultado relativo. Essa distinção evidencia um cenário de oportunidades concentradas em alguns estados e limitações marcantes em outros, sinalizando desigualdades significativas no desenvolvimento regional.

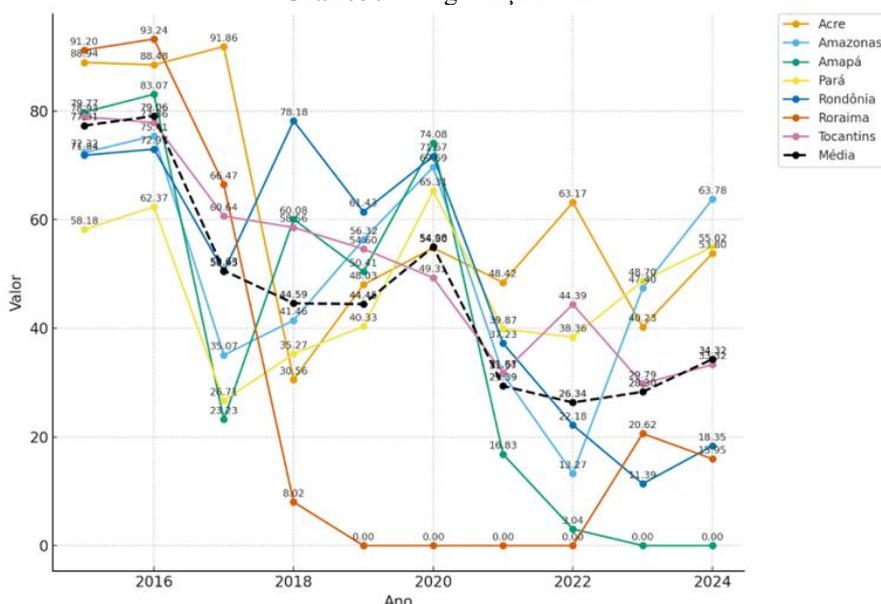
Segurança Pública

A análise do desempenho dos estados da Região Norte em relação à média geral de segurança pública evidencia diferenças significativas e um dos maiores gargalos da Região Norte. Há ao longo dos anos um histórico de muitas flutuações. Entre os estados que apresentam resultados acima da média, o Acre se destaca demonstrando um desempenho expressivamente superior. Tocantins também apresenta resultado positivo seguido pelo Amazonas, revelando desempenhos consistentes em relação ao parâmetro de referência.

Por outro lado, alguns estados se mantêm abaixo da média, indicando maiores fragilidades no setor de segurança pública. O Amapá registra a maior defasagem, enquanto o Pará apresenta uma diferença negativa mais moderada. Já Roraima apresenta a pior colocação relativa, evidenciando desafios significativos.

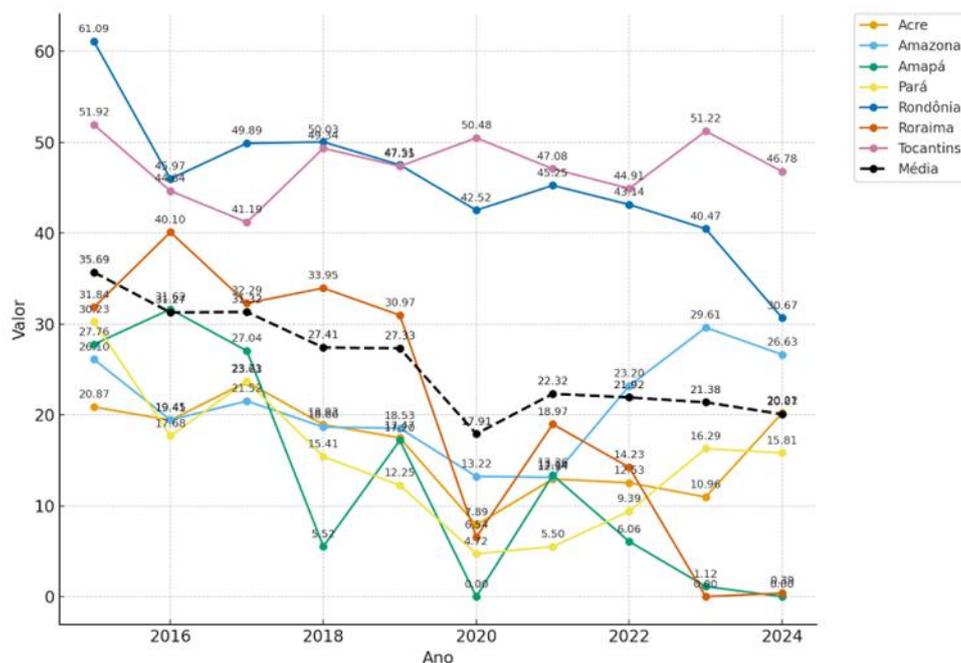
Esses resultados permitem identificar padrões regionais e apontar estados que poderão apresentar dificuldade de atrair investimentos, desincentivar surgimentos de novos empreendimentos conforme salienta Almeida (2024) e assim, precisarem de maior atenção em termos de políticas públicas de segurança, seja para manter avanços já alcançados, seja para corrigir disparidades e reduzir vulnerabilidades.

Gráfico 9 – Segurança Pública



Sustentabilidade Social

A análise da sustentabilidade social nos estados da região, a partir da comparação de seus valores com a média anual, permite identificar padrões distintos de desempenho ao longo do período observado. Rondônia e Tocantins se destacam por apresentarem resultados consistentemente superiores, permanecendo acima da média em todos os dez anos analisados, o que evidencia um desempenho sólido e constante em relação à sustentabilidade social.

Gráfico 10 – Sustentabilidade Social

Em contrapartida, o Pará se manteve sistematicamente abaixo da média anual durante todo o período, revelando fragilidades persistentes. Situação semelhante foi observada no Acre e no Amapá, que apresentaram valores inferiores à média em nove dos dez anos, reforçando uma tendência de desempenho aquém do esperado. Já os estados do Amazonas e de Roraima demonstraram comportamento mais instável, com variações entre anos acima e abaixo da média. O Amazonas registrou valores superiores em apenas três ocasiões, contra sete abaixo da média, enquanto Roraima esteve acima em quatro anos e abaixo em seis.

Esses resultados revelam diferenças estruturais importantes entre os estados, destacando tanto a consistência positiva de Rondônia e Tocantins quanto às dificuldades enfrentadas por Pará, Acre e Amapá, além da instabilidade de Amazonas e Roraima, apontando assim para a ineficácia dos órgãos públicos para diminuir as vulnerabilidades sociais conforme destaca Gazeta do Povo (2022).

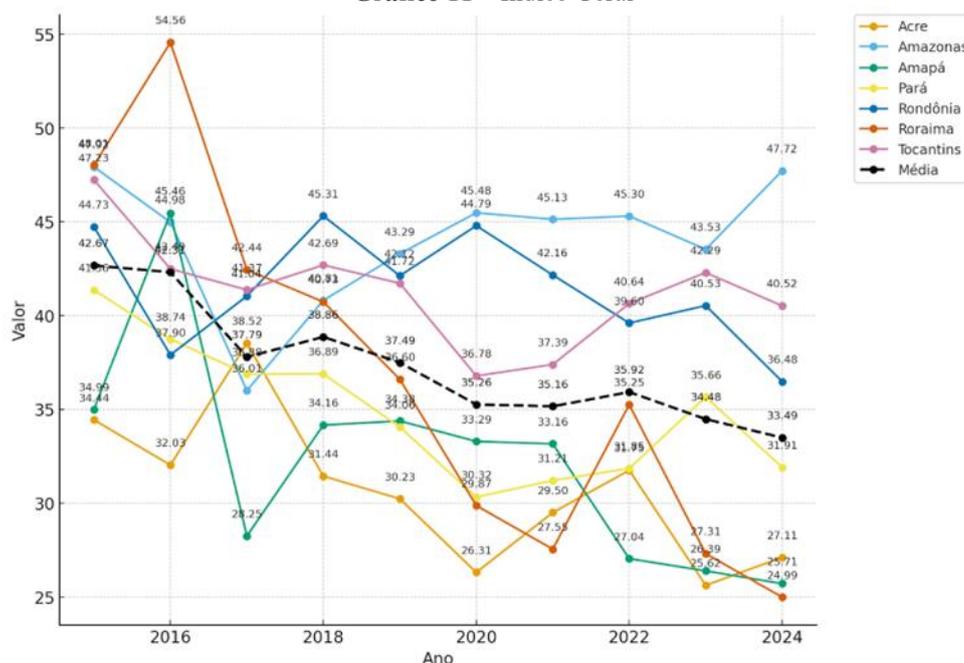
Índice Geral

Na análise do índice geral de competitividade demonstra contrastes significativos entre os estados da região Norte. O Amazonas se destaca como o estado com melhor desempenho. Esse resultado demonstra sua capacidade de manter-se em patamar competitivo superior ao longo do período analisado, evidenciando avanços consistentes em áreas estratégicas que fortalecem sua posição.

Em contrapartida, o Acre apresentou a menor média, indicando assim, um desempenho inferior e recorrentes dificuldades em alcançar níveis próximos à média regional. Essa discrepância ressalta as desigualdades existentes entre os estados, evidenciando a necessidade de políticas diferenciadas que promovam maior equilíbrio e desenvolvimento competitivo em toda a região.

Através da análise do Índice Geral, é possível verificar as fragilidades e as potencialidades dos estados, conforme destaca Rezende et al., (2015). No caso, cabe enfatizar o protagonismo do Amazonas como um estado com um bom desempenho de competitividade.

Gráfico 11 – Índice Geral



A análise sintetizada no Quadro 2 evidencia a diversidade de realidades existentes entre os estados da Região Norte, revelando um cenário marcado por contrastes significativos. A análise dos pontos fortes e fracos de cada estado permite um panorama de síntese dos achados anteriores no intuito de, logo após, no Quadro 3 tratar-se dos desafios e oportunidades vislumbrados para superar essas fraquezas e alavancar as forças identificadas.

Enquanto estados como Amazonas, Rondônia e Tocantins apresentam avanços consistentes em áreas estratégicas, consolidando-se como referências regionais, outros, como Acre, Amapá e Pará, enfrentam desafios estruturais persistentes que comprometem sua competitividade, especialmente em educação, infraestrutura e segurança pública.

Roraima, por sua vez, destaca-se pelo elevado potencial de mercado, mas carece de políticas eficazes para superar vulnerabilidades sociais e garantir um ambiente seguro para investimentos. Assim, os resultados reforçam a necessidade de políticas públicas integradas, baseadas na inovação, na qualificação do capital humano e na melhoria da infraestrutura, aliadas a ações voltadas para a redução das desigualdades regionais.

Quadro 2 – Pontos Fortes e Fracos por Estado

Estado	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Acre	<ul style="list-style-type: none"> • Avanços recentes em segurança pública. • Crescimento gradual no potencial de mercado nos últimos anos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixo desempenho em educação. • Infraestrutura precária e desigual. • Fragilidade em sustentabilidade social. • Fragilidade fiscal.
Amazonas	<ul style="list-style-type: none"> • Liderança em inovação, com desempenho acima da média em todos os anos. • Alta solidez fiscal. • Protagonismo regional no índice geral de competitividade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Oscilações significativas na segurança pública. • Índices educacionais abaixo da média na maior parte do período.
Amapá	<ul style="list-style-type: none"> • Destaque em sustentabilidade ambiental. • Potencial estratégico para bioeconomia e valorização de recursos naturais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desempenho crítico em educação. • Fragilidade em capital humano. • Baixo desempenho em segurança pública. • Instabilidade na eficiência pública.
Pará	<ul style="list-style-type: none"> • Potencial de mercado relevante. • Avanços em sustentabilidade ambiental e inovação em anos pontuais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fragilidade em sustentabilidade social. • Baixos índices de segurança pública. • Instabilidade na eficiência pública. • Educação com desempenho abaixo da média em quase todo o período.

Rondônia	<ul style="list-style-type: none"> • Consistência em educação com índices sempre acima da média. • Destaque em sustentabilidade social. • Bons resultados em solidez fiscal. 	<ul style="list-style-type: none"> • Vulnerabilidade em segurança pública. • Desigualdade na infraestrutura entre regiões. • Oscilações em inovação.
Roraima	<ul style="list-style-type: none"> • Potencial de mercado elevado, com liderança regional em atração de investimentos. • Alguns avanços em capital humano em anos recentes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixíssimos índices de segurança pública. • Fragilidade em sustentabilidade social. • Oscilações nos indicadores de educação e inovação.
Tocantins	<ul style="list-style-type: none"> • Consistência em educação. • Alto desempenho em sustentabilidade social. • Crescimento constante no potencial de mercado. 	<ul style="list-style-type: none"> • Oscilações na eficiência pública. • Desafios na infraestrutura. • Fragilidades em segurança pública.

Somente por meio de estratégias articuladas entre governos, setor privado e sociedade civil será possível transformar os pontos fracos em oportunidades, promovendo um desenvolvimento regional sustentável e competitivo.

Desafios e Oportunidades

A análise dos resultados obtidos para os estados da Região Norte, a partir do Ranking de Competitividade dos Estados (CLP, 2024), evidencia realidades distintas, com desafios estruturais persistentes e oportunidades estratégicas a serem exploradas. A tabela a seguir sintetiza os principais desafios e oportunidades identificados para cada estado com base nas dimensões analisadas:

Quadro 3 – Desafios e Oportunidades por Estado

Estado	Desafios	Oportunidades
Acre	Baixo desempenho em educação, infraestrutura e sustentabilidade social; fragilidade fiscal.	Potencial de mercado em crescimento; avanços recentes em segurança pública.
Amazonas	Oscilações na segurança pública; baixo índice educacional.	Liderança em inovação e solidez fiscal; atração de investimentos tecnológicos.
Amapá	Desempenho instável em educação e segurança pública; fragilidades em capital humano.	Sustentabilidade ambiental consolidada; potencial para bioeconomia e valorização de recursos naturais.
Pará	Fragilidade em sustentabilidade social e segurança pública; instabilidade na eficiência pública.	Potencial de mercado relevante; avanços em sustentabilidade ambiental e inovação.
Rondônia	Vulnerabilidade em segurança pública; infraestrutura ainda desigual entre regiões.	Consistência em educação e sustentabilidade social; bons índices de solidez fiscal.
Roraima	Fragilidades significativas em segurança pública e sustentabilidade social.	Potencial de mercado elevado; oportunidades de diversificação econômica.
Tocantins	Oscilações na eficiência pública e infraestrutura; desafios na segurança pública.	Consistência em educação e sustentabilidade social; crescimento em setores estratégicos.

A leitura integrada dos dados revela a heterogeneidade estrutural da Região Norte, com coexistência de estados que avançam em determinadas dimensões e outros que permanecem com desempenhos críticos.

Nos estados do Acre, Pará e Amapá, os desafios concentram-se em educação, infraestrutura e sustentabilidade social, fatores que limitam a formação de capital humano e dificultam a competitividade regional. Essa realidade reforça as considerações de Schwab (2019) sobre a educação como pilar essencial da competitividade e de Gazeta do Povo (2022) acerca da necessidade de investimentos em inovação e redução de vulnerabilidades sociais. Nessas localidades, políticas públicas devem priorizar a melhoria dos sistemas educacionais, a ampliação do acesso a serviços básicos e a construção de uma base tecnológica para impulsionar o desenvolvimento sustentável.

Por outro lado, Amazonas, Rondônia, Tocantins e Roraima apresentam oportunidades estratégicas que, se bem exploradas, podem alavancar a competitividade regional. O Amazonas se destaca como polo de inovação e solidez fiscal, corroborando a visão de Edler e Fagerberg (2017) sobre a importância de políticas de inovação descentralizadas e integradas. Rondônia e Tocantins demonstram consistência em educação e sustentabilidade social, o que contribui para a criação de ambientes mais favoráveis ao crescimento de longo prazo. Já Roraima, apesar das fragilidades em segurança pública, possui alto potencial de mercado que pode atrair investimentos

privados e fomentar cadeias produtivas diversificadas, em consonância com os conceitos de Kotler e Keller (2012).

A segurança pública surge como um dos maiores gargalos regionais, especialmente em Roraima, Amapá e Pará, cujos indicadores estão entre os mais baixos da série histórica. Conforme Almeida (2024), a baixa segurança pública desestimula investimentos e dificulta o surgimento de novos empreendimentos. Portanto, políticas voltadas à prevenção da violência, fortalecimento das forças policiais e programas sociais são fundamentais para reverter esse cenário.

Com base nos desafios e oportunidades identificados, sugere-se a adoção das seguintes estratégias:

Educação e Capital Humano:

- Implantação de programas integrados de qualificação profissional e tecnológica, com foco em setores estratégicos, como bioeconomia e inovação (Schwab, 2019).
- Ampliação de parcerias entre governos estaduais, universidades e setor privado para fomentar a pesquisa aplicada.

Infraestrutura:

- Investimentos em transporte e conectividade digital para reduzir barreiras logísticas, em consonância com KPMG Brasil (2024).
- Criação de planos regionais de infraestrutura sustentável, respeitando as características ambientais locais.

Segurança Pública:

- Desenvolvimento de políticas de segurança baseadas em inteligência, integrando tecnologia e participação comunitária.
- Fortalecimento de programas sociais voltados à prevenção da criminalidade em áreas vulneráveis.

Inovação e Desenvolvimento Econômico:

- Estímulo à criação de polos tecnológicos em estados com vocação inovadora, como Amazonas e Pará, conforme Edler e Fagerberg (2017).
- Incentivos fiscais para empresas que invistam em inovação e diversificação econômica na região.

Sustentabilidade Social e Ambiental:

- Implementação de programas de redução de desigualdades, especialmente no Acre, Pará e Amapá.
- Valorização da bioeconomia como vetor de desenvolvimento sustentável, aproveitando os recursos naturais de forma responsável (Leite, 2022).

A análise evidencia que o fortalecimento da competitividade na Região Norte exige ações integradas e multissetoriais, capazes de enfrentar desigualdades históricas e, ao mesmo tempo, explorar os diferenciais competitivos locais. Conforme destaca Rezende et al. (2015), os rankings oferecem diagnósticos estratégicos que, quando bem utilizados, orientam políticas públicas e decisões de investimento. Transformar desafios em oportunidades depende de planejamento, inovação e cooperação entre governos, sociedade civil e setor privado, garantindo um desenvolvimento regional sustentável e equilibrado.

VII. Considerações Finais

O estudo permitiu analisar a evolução histórica da competitividade dos estados da Região Norte do Brasil entre os anos de 2015 e 2024, utilizando os dados do Ranking de Competitividade dos Estados elaborado pelo Centro de Liderança Pública (CLP). Os resultados evidenciaram contrastes significativos entre os estados, revelando tanto avanços quanto fragilidades estruturais. O Amazonas destacou-se como o estado com maior índice geral de competitividade, impulsionado por fatores como inovação e solidez fiscal, enquanto o Acre apresentou os menores índices, refletindo desafios persistentes em áreas como infraestrutura, educação e sustentabilidade social. A análise evidenciou ainda que Rondônia e Tocantins apresentam consistência em indicadores como educação e sustentabilidade social, enquanto Roraima se sobressai no potencial de mercado, embora apresente fragilidades em segurança pública.

Os achados apontam que, embora existam iniciativas pontuais bem-sucedidas, a região ainda enfrenta profundas desigualdades internas, especialmente em dimensões fundamentais para o desenvolvimento sustentável. Estados como Pará e Amapá demonstraram oscilações nos resultados, reforçando a necessidade de políticas públicas mais integradas e consistentes. Observou-se também que, em áreas como capital humano e inovação, os desempenhos positivos estão concentrados em poucos estados, o que limita o fortalecimento regional como um todo.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa contribui para o campo da competitividade regional ao oferecer uma análise longitudinal que relaciona os conceitos de competitividade sistêmica, conforme Meyer-Stamer (2008), e os pilares propostos por Porter (2000). Ao utilizar dados históricos, o estudo enriquece a literatura ao evidenciar como fatores estruturais, institucionais e socioeconômicos interagem na configuração da competitividade estadual, oferecendo subsídios para a compreensão do papel das regiões periféricas no desenvolvimento nacional. Além disso, o trabalho reforça a importância dos rankings como ferramentas de accountability e diagnóstico, como apontado por Pessanha et al. (2021).

No âmbito prático, os resultados apresentam utilidade direta para gestores públicos, formuladores de políticas e investidores. A identificação de estados com desempenho consistente pode orientar a alocação de recursos e a priorização de políticas públicas em áreas estratégicas, como educação, segurança e infraestrutura. Para o setor privado, os dados fornecem subsídios para decisões de investimento, ao indicar quais estados apresentam ambientes mais favoráveis à inovação e ao crescimento econômico. A utilização do ranking como instrumento de monitoramento contínuo pode ainda fomentar a competição saudável entre estados, estimulando melhorias na gestão pública e na transparência.

Apesar das contribuições, o estudo apresenta algumas limitações. A análise foi baseada exclusivamente em dados secundários disponibilizados pelo CLP, o que implica dependência da qualidade e consistência dessas informações. Em alguns casos, a ausência ou inconsistência de dados, especialmente em estados com menor transparência, pode ter impactado os resultados. Além disso, a pesquisa adotou uma abordagem quantitativa descritiva, não incorporando análises mais detalhadas no aspecto qualitativo que poderiam aprofundar a compreensão sobre as causas subjacentes aos indicadores.

Para pesquisas futuras, recomenda-se a ampliação do escopo metodológico, integrando entrevistas com gestores públicos, representantes da sociedade civil e especialistas em desenvolvimento regional, a fim de enriquecer a análise com perspectivas qualitativas. Sugere-se também a inclusão de comparações com outras regiões brasileiras, permitindo avaliar o posicionamento relativo da Região Norte em um contexto nacional mais amplo. Outra possibilidade é explorar o impacto de políticas específicas — como programas de educação, incentivos à inovação ou iniciativas de segurança pública — sobre a evolução dos indicadores de competitividade, possibilitando uma avaliação mais precisa da efetividade das intervenções governamentais.

Em síntese, os resultados reforçam a urgência de uma agenda integrada para o fortalecimento da competitividade na Região Norte, combinando investimentos em capital humano, inovação e infraestrutura com estratégias de redução das desigualdades socioeconômicas. Somente por meio de políticas públicas articuladas e de longo prazo será possível transformar os avanços pontuais identificados neste estudo em um desenvolvimento sustentável e equilibrado, capaz de posicionar a região de forma mais competitiva no cenário nacional e internacional.

Referências

- [1]. Almeida, C. (2024). *Competitividade E Gestão Pública: Eficiência Como Fator Estratégico*. São Paulo: Atlas.
- [2]. Ávila, T. J. T., Silva, A. N. G. Da, & Kritski, P. M. B. (2021). Impacto Do Governo Digital Na Eficiência Da Máquina Pública E Na Competitividade Dos Estados Brasileiros Pela Ótica Do Índice De Oferta De Serviços Públicos Digitais. In XLV Encontro Da ANPAD – Enanpad 2021 (Versão Online, 2177-2576). Trabalho Apresentado No XLV Enanpad 2021, Online, Brasil.
- [3]. Bardin, L. (2016). *Análise De Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- [4]. Barros, R. P. De. (2003). Desigualdade E Pobreza No Brasil: Retrato De Uma Estabilidade Inaceitável. *Revista Brasileira De Ciências Sociais*, 18(51), 21–46.
- [5]. Boschma, R. (2004). Competitiveness Of Regions From An Evolutionary Perspective. *Routledge*, 38(9), 1001. <https://doi.org/10.1080/0034340042000292601>
- [6]. Bristow, G. (2005). Enterprise, Competitiveness And Regional Development: A Review Of Empirical Evidence. *Regional Studies*, 39(9), 1–25.
- [7]. Centro De Liderança Pública. (2019). *Ranking De Competitividade Dos Estados: Edição 2019*. São Paulo: Centro De Liderança Pública. Disponível Em <http://www.rankingdecompetitividade.org.br/ranking/2019/geral>
- [8]. Centro De Liderança Pública. (2023). *Ranking De Competitividade Dos Estados E Municípios 2023*. São Paulo: CLP.
- [9]. Centro De Liderança Pública. (2025). *Ranking De Competitividade Dos Estados 2024*. São Paulo: CLP.
- [10]. Centro De Liderança Pública & Tendências Consultoria Integrada. (2024). *Ranking De Competitividade Dos Estados 2024*. São Paulo: CLP.
- [11]. Chowdhury, S., & Squire, L. (2006). Setting Weights For Aggregate Indices: An Application To The Commitment To Development Index And Human Development Index. *Journal Of Development Studies*, 42(5), 761–771. <https://doi.org/10.1080/00220380600741904>
- [12]. Decançq, K., & Lugo, M. A. (2008). Setting Weights In Multidimensional Indices Of Well-Being (OPHI Working Paper, N. 18). Oxford: Oxford Poverty & Human Development Initiative, University Of Oxford.
- [13]. Edler, J., & Fagerberg, J. (2017). Innovation Policy: What, Why, And How. *Oxford Review Of Economic Policy*, 33(1), 2–23. <https://doi.org/10.1093/Oxrep/Grx00>
- [14]. Filó, G. (2007). Competitividade: Conceitos E Dimensões. *Revista De Administração Contemporânea*, 11(3), 45–63.
- [15]. FIRJAN – Federação Das Indústrias Do Estado Do Rio De Janeiro. (2025). *Competitividade E Capital Humano No Brasil*. Rio De Janeiro: FIRJAN.
- [16]. *Gazeta Do Povo*. (2022, Dezembro 27). O Investimento Como Motor Do Crescimento. *Gazeta Do Povo*. Disponível Em <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/editoriais/o-investimento-como-motor-do-crescimento/>
- [17]. Giambiagi, F., & Além, A. C. (2011). *Finanças Públicas: Teoria E Prática No Brasil (4ª Ed.)*. Rio De Janeiro: Elsevier.

- [18]. Huggins, R. (2003). The Success And Failure Of Regional Development Agencies: A Resource-Based View. *Regional Studies*, 37(9), 983–996.
- [19]. Kotler, P., & Keller, K. L. (2012). *Administração De Marketing* (14ª Ed.). São Paulo: Pearson.
- [20]. KPMG Brasil. (2024). *Infraestrutura E Competitividade No Brasil*. São Paulo: KPMG.
- [21]. Kramer, V. (2022, Setembro 24). *Infraestrutura, Segurança, Inovação E Mais: Quais Os Melhores Estados Do País Em Cada Área*. *Gazeta Do Povo*. Disponível Em <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/ranking-competitividade-estados-situacao-regional-setorial-clip-2022/>
- [22]. Kruger, J. M. (2023). *Metodologia Da Pesquisa Em Administração: Em Linguagem Descomplicada* (E-Book, 204 P.). Curitiba-PR: Editora Bagai. ISBN 978-65-5368-212-2
- [23]. Leite, J. P. (2022). *Sustentabilidade Empresarial: Práticas E Resultados*. Belo Horizonte: Autêntica.
- [24]. Lombana, F., & Gutiérrez, L. (2009). *Competitividad Y Desarrollo Regional: Tendencias Y Análisis*. Bogotá: Universidad Nacional.
- [25]. Martin, R., Sunley, P., & Tyner, J. (2006). Regional Competitiveness: Theory And Policy. *Regional Studies*, 40(4), 429–446.
- [26]. Meyer-Stamer, J. (2008). *Competitiveness Revisited: From Theory To Regional Policy*. Duisburg: Mesopartner.
- [27]. Moura, B. F. (2024, Janeiro 30). *Segurança Pública E Competitividade Regional*. *O Globo*.
- [28]. OCDE. (2008). *Handbook On Constructing Composite Indicators: Methodology And User Guide*. Paris: OECD Publishing.
- [29]. Ohland, R. (2013). Regional Disparities And Social Inequalities: Economic Perspectives. *Journal Of Economic Studies*, 40(5), 512–530.
- [30]. Pessanha, J. F. M., Souza, M. I. De C. De, Martins, L. L. A., Barreto, B. P., & Silva, B. R. C. Dos S. E. (2021). Raio-X Da Estrutura De Ponderação Do Ranking De Competitividade Dos Estados Brasileiros 2019. *Revista Valore*, 6, 138–157. <https://doi.org/10.22408/Reva602021781138-157>
- [31]. Porter, M. (1986). *The Competitive Advantage Of Nations*. New York: Free Press.
- [32]. Porter, M. (2000). Clusters And The New Economics Of Competition. *Harvard Business Review*, 76(6), 77–90.
- [33]. Relatório Executivo. (2006, Março). *Índice De Competitividade Estadual: Fatores (ICE-F) (Versão Definitiva)*. Brasília.
- [34]. Rezende, L. P. F., Zanela, E. B., Moraes, G. I. De, & Reis, S. M. Dos. (2015). Um Diagnóstico Da Competitividade Dos Estados Brasileiros. *Revista Desenvolvimento Social*, 16(1), 77–92.
- [35]. Rojas, C., & Sepúlveda, C. (1999). *Competitividad Y Desarrollo Local*. Santiago: CEPAL.
- [36]. Romo Murillo, L., & Abdel Musik, M. (2005). *Políticas De Competitividad Regional*. México: Universidad Autónoma.
- [37]. Scaccabarozzi, D., Mazziotta, M., & Bianchi, F. (2022). Regional Competitiveness In Global Markets. *European Planning Studies*, 30(4), 789–810.
- [38]. Schwab, K. (2019). *The Global Competitiveness Report 2019*. Geneva: World Economic Forum.
- [39]. Schwab, K., & Porter, M. (2007). *The Global Competitiveness Report 2007–2008*. Geneva: World Economic Forum.